

O futuro visto no passado (2002)

Muito antes de Lula ser quem é e de saber quem seria, a movimentação da Igreja Católica na região operária do ABC, em São Paulo, cujo bispo era dom Jorge Marcos de Oliveira, já projetava e construía o perfil de uma possível liderança sindical e até política de esquerda, anticomunista, baseada na grande tradição conservadora e nos pressupostos críticos e progressistas do personalismo do pensador católico francês Emmanuel Mounier. O dedo do destino ali traçado apontava na direção de um menino da Vila Carioca, que não sabia ser o escolhido. Nesse acaso, Lula já o era antes mesmo de o ser.

O triunfo do subúrbio

A eleição presidencial de 2002 despertou admiração e euforia dentro e fora do Brasil. É notável e insólito que um ex-operário metalúrgico, apoiado em votação consagradora, chegue à presidência da República. Apesar de Lula, o torneiro mecânico, estar longe dos tornos há umas três décadas, isso de modo nenhum anula o fato de que estamos em face do mais espetacular caso de ascensão social em toda a história do Brasil.

É verdade que a votação espetacular também teve seus limites. Dos eleitores inscritos, 54% não votaram em Lula, ou seja, 62,5 milhões em confronto com os cerca de 53 milhões de votos por ele recebidos. Tem mais gente contra ou em dúvida do que a favor. Mas, no imponderável que esse balanço indica, ninguém nega que seja ele o candidato a presidente que mais votos recebeu numa eleição na história republicana do país. Mesmo que se possa lembrar que a comparação só vale para o período que se inicia com a instituição do segundo turno.

Porém, um dos fatos mais interessantes desta eleição é o de que não só o eleito, mas também seu adversário, José Serra, procedem do subúrbio e do mesmo subúrbio da cidade de São Paulo. A sociedade suburbana, a mentalidade suburbana, as aspirações sociais suburbanas e a visão subur-

banas de mundo triunfaram amplamente nessa eleição e mostraram que há um novo Brasil, o Brasil suburbano que se levanta do chão e da margem da sociedade e se propõe como um dos novos e decisivos sujeitos políticos do país. Em silêncio e fora da pauta da luta de classes, o Brasil mudou. Não é o proletariado que se ergue politicamente, é o subúrbio, o lugar de chegada dos que transitam entre o Brasil atrasado e o Brasil moderno, o urbano subconstituído, inacabado e inacabável, o meio-termo, a transição.

O Lula que nós conhecemos não é, politicamente falando, um filho do sertão. É um filho do ABC operário, da São Bernardo industrial, da cultura operária moderna da segunda industrialização inaugurada nos tempos de JK. O Serra que perdeu a eleição é um filho do bairro industrial da Mooca, da cultura operária mais antiga da primeira industrialização, iniciada no final do século XIX e confirmada a partir dos anos 1920, mas sobretudo nos tempos do dr. Getúlio Vargas. Até hoje é possível, nos mapas eleitorais, observar uma faixa de comportamento político convergente, um tanto conservador, que une o Brás, o Tatuapé, o Belenzinho, a Mooca, de um lado, e São Caetano, Santo André, São Bernardo, de outro. Ainda é forte nesse território a cultura proletária católica, em parte inspirada na doutrina social de Leão XIII, na *Rerum Novarum* e em seus valores sociais. Nessa faixa, onde existiram nos anos 1930 as Società Doppo Lavoro, núcleos de cultura e lazer do Fascio, o catolicismo social venceu o comunismo, muito ativo numa região que já foi, proporcionalmente à população, o maior núcleo comunista da América do Sul.

Ambos os candidatos, filhos de trabalhadores, são também filhos expressivos e emblemáticos da ideologia formulada e difundida pelo senador Antônio da Silva Prado, da ascensão social lenta e gradual, fruto, como ele preconizava e dizia, em 1888, da morigeração, da sobriedade e do labor. Fruto, também, do encontro dessa ideologia com o novo catolicismo da era industrial, que começou a se distanciar do catolicismo senhorial de tempos precedentes. Na perspectiva desse encontro de valores, diferentemente do que se pensa e se diz nos dias de hoje, ser pobre não era uma virtude. Tampouco era um defeito. Era, sobretudo, um desafio à coragem, à vontade de trabalhar e à competência do próprio trabalhador. Nada de papinha na boca como se preconiza agora como solução para o que os sem fé dizem ser esta uma sociedade sem saídas.

Oswald de Andrade, em *O rei da vela*, e Jorge Andrade, em *Os ossos do barão*, com fino humor, ironizaram no teatro os enlaces matrimoniais de barões do café decadentes com as donzelas dos imigrantes enriquecidos, dos sem estirpe e sem linhagem, em busca de um lugar no mundo da tradição. Exageraram. Proporcionalmente, foram pouquíssimos os casos de consórcios com essa motivação. Mas no subúrbio esse encontro ocorreu de outro modo e com maior frequência. Os descendentes dos primeiros imigrantes italianos, especialmente do Vêneto pobre, chegados à então província de São Paulo, em 1877 e 1878, distribuídos por lotes de terra ruim na Fazenda de São Caetano e na Fazenda de São Bernardo, desapropriadas da Ordem de São Bento pelo governo imperial depois do fracasso agrícola, começaram a migrar e trabalhar nas fábricas. A indústria paulistana optou pelas terras baratas do subúrbio e pela mão de obra igualmente barata dos herdeiros do insucesso dos primeiros episódios de reforma agrária no Brasil. Filhos e netos de colonos foram engrossar o proletariado nascente. Dentre eles, Marisa Letícia, de uma família desses primeiros colonos – os Casa, originários da província de Vincenza, e os Rocco –, que viria a se chamar Marisa Letícia Lula da Silva. Há algum tempo, quando apenas se esboçava o futuro político de Lula, ao ver de longe, pela primeira vez, o Palácio da Alvorada, em que vai morar dentro de algumas semanas, teria dito ao marido que os donos do poder nunca os deixariam viver lá. Se alguém tinha alguma dúvida, fique-se sabendo que neste país o dono do poder já é o voto dos cidadãos, no mínimo desde que Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente.

Nessa trajetória rumo à fábrica, os descendentes de italianos deserddados pela expulsão da terra e pela crise política da Itália no século XIX encontrariam outra leva de deserddados, os nordestinos atraídos na década de 1950 pelo *boom* industrial da era juscelinista na região do ABC, último episódio do getulismo econômico. Dentre eles, Luiz Inácio, cuja família deixara o sertão em busca de destino. Nesse cenário, o grande encontro dos filhos do campesinato expulso e em extinção em várias partes do mundo e também aqui, do norte da Itália ou do Nordeste do Brasil.

Nos anos 1950 e 1960, as pressões populares no ABC eram pressões por educação. O operariado já não se conformava com a migalha do ensino elementar. Queria ginásios, clamava pelo ensino secundário, e

os obteve. Cursos que funcionavam no período diurno e no noturno. Naqueles anos, só não estudava quem não queria ou fizera a opção pelas profissões fabris de melhor remuneração, como a de ferramenteiro ou torneiro mecânico, profissões de alta demanda e pouca oferta. O Lula de três apartamentos em São Bernardo e um sítio no Riacho Grande não é o Lula do pau de arara, e sim o Lula dos melhores momentos da história contemporânea da indústria no Brasil. Essa foi a trajetória de um grande número de trabalhadores na região do ABC.

A indústria levou para o ABC, sem dúvida, muitos empregos, no geral bem remunerados. O ABC, a partir dos anos 1930, se tornou o mais bem-sucedido laboratório de ascensão social do país. Ali a ideologia da ascensão social pelo trabalho, que teve dentre seus principais formuladores o paulista Antônio da Silva Prado, grande fazendeiro e industrial, empresário modelo, ministro do Império, foi testada e legitimada. As aspirações operárias estavam centradas numa enorme valorização das virtudes redentoras do trabalho, no privilegiamento da família, da casa e da religião como núcleos sagrados da sociabilidade operária e na educação como o mais legítimo dos meios de emancipação social dos trabalhadores. Essa eficaz ideologia burguesa selou o destino e a visão de mundo de milhares de trabalhadores do ABC e do subúrbio ao longo de décadas de história.

A cultura suburbana é essencialmente, em sua origem, uma cultura que insere a vida operária num cenário rural e nos valores próprios dessa conjugação: um certo comunitarismo subjacente, que se materializou nas associações de mútuo socorro, várias das quais ainda existem e são ativas; que se materializou numa sociabilidade de família extensa e de vizinhança que por décadas supriu a ausência ou as deficiências da Previdência Social e da assistência médica; que atualizou e revigorou uma sociabilidade de cozinha, muito própria do mundo camponês, que se desenrola ao redor do fogão e da comida. Não é estranho que, dentre todas as maravilhas do Palácio da Alvorada, o que mais encantou Lula em visita recente foi a enorme e rústica churrasqueira, sem dúvida uma valorização da refeição participativa, em que se combinam o comer e o preparar a comida, a comunhão ainda no velho sentido bíblico.

Um dos episódios mais bonitos desse comunitarismo suburbano é razoavelmente recente. A fundação da Associação Pró-Música do Gran-

de ABC e a compra de seu piano na Alemanha. Piano caro, que custou cerca de setenta mil dólares, escolhido pelo pianista Arnaldo Cohen, que o inauguraria, é, provavelmente, o único piano comunitário do Brasil, embora “residente” no Teatro Municipal de Santo André. Cidadãos e empresas se cotizaram em toda a região para pagar as teclas do piano: cada um ou cada grupo contribuía para pagar uma delas. E, assim, o dinheiro foi juntado. Não foi um episódio único: os dois maiores e melhores hospitais públicos de São Caetano, o Hospital de São Caetano e a Beneficência Portuguesa, foram construídos por anos de “vaquinhas”, rifas e quermesses, com a participação de toda a população, pobres e ricos, comerciantes, industriais e operários.

Na plataforma da estação de Paranapiacaba, uma velha e desbotada placa, em forma de mão, o indicador estendido, ainda aponta: “Subúrbio”. Orienta os passageiros a não tomarem o trem expresso, que há muito já não vai para Santos. Ali embarcavam apenas os que se destinavam às estações funcionalmente ligadas ao centro, a cidade de São Paulo. O cheiro de capim-catingueiro, dos arredores, alerta para o fato de que estamos no limite do rural e do urbano, na fronteira e já longe da capital e do centro urbano por excelência.

Estamos acostumados a pensar o Brasil como a junção de dois mundos opostos: o urbano e o rural. Quase nada se disse até hoje do mundo suburbano, que floresceu ao redor das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Salvador, Recife e outras mais. O subúrbio não é nem se confunde com a chamada e depreciada periferia. O subúrbio, entre nós, é a grande e significativa reação social e cultural às degradações do urbano e da urbanização patológica e a todo o elenco de irracionalidades de um modo de vida que se distanciou do compromisso com os grandes valores da civilização. No nosso subúrbio moderno, que agora triunfa politicamente, na votação dos dois candidatos, preservam-se os valores comunitários e de algum modo uma forma de viver em que o outro ainda é expressão e medida da condição humana. Compreende-se, portanto, que o conjunto do eleitorado, ao que tudo indica, tenha votado com entusiasmo no homem que melhor personifica os belos valores suburbanos e com menos entusiasmo no seu partido.

Lula e o ABC operário

Independentemente da doutrina de seu partido político, que é antigetulista, Lula tem sido, desde quando foi eleito deputado federal, o principal e mais qualificado herdeiro voluntário ou involuntário de todos os nossos populismos. Aqui em São Paulo, ele divide essa herança com Paulo Maluf. Basta observar as associações de identidades feitas pelos próprios eleitores e termos indicações claras de que Lula não conseguiu evitar que essa herança lhe caísse sobre os ombros. Muitas pessoas que votaram em Maluf, no primeiro turno das eleições de 1989, votaram em Lula para presidente no segundo turno. Ou seja, para os órfãos do populismo, Lula e Maluf são equivalentes e intercambiáveis. Trata-se, certamente, de um equívoco e de uma injustiça. É claro que estou propondo essa reflexão na perspectiva de uma fenomenologia da consciência política do eleitor comum. A mesma associação ocorreu com outras lideranças populistas regionais e locais no restante do país, como com Antônio Carlos Magalhães, na Bahia. Desaparecidas as grandes figuras do populismo brasileiro, como Getúlio Vargas, Adhemar de

Barros, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Jango, é natural que o populismo declinante procure desaguar num político como ele, de forte apelo popular.

O Partido dos Trabalhadores, para vencer as eleições presidenciais de 2002, abriu mão de valores e orientações “pétreas” de seu ideário, fez alianças heréticas e desviou-se de seu eixo doutrinário de esquerda. É de prever-se, portanto, que, sendo essa a opção do partido, não terá dificuldades para ajustar-se ao figurino neopopulista que a população pretende aplicar a Lula. Porém, isso vai depender de uma grande mudança na política econômica e no uso do dinheiro público, que nem o PT, nem ninguém, está em condições de promover sem gravíssimas consequências sociais e políticas. O populismo brasileiro, sobretudo a partir de JK, nutriu-se de recursos inflacionários, com todo o elenco de desastres econômicos, sociais e políticos que conhecemos. Não creio que o PT tenha o mínimo interesse em alimentar a energia que lhe infla o peito e, ao mesmo tempo, mina o terreno em que pisa e compromete o seu destino político. O PT terá como principal e ingrata tarefa de seus quatro anos de governo convencer seu eleitorado de que, no fundo, Fernando Henrique Cardoso não era neoliberal, era de esquerda e estava correto no seu modo de governar e de associar a política econômica e a política social.

No ABC, muitos se perguntam o quanto a eleição de um morador da região à presidência da República representará como saída para uma conjuntura regional de desindustrialização e de reestruturação produtiva. O que o ABC ganha com essa eleição?

Lula foi eleito presidente da República, e não prefeito de um dos municípios do ABC. Além disso, Lula foi eleito como aquilo que ele já não é, um operário, e como figura de uma região fabril e operária, coisa que o ABC já não é majoritariamente. O ABC da eleição de Lula é um ABC mítico, que a rigor já não existe, pois o ABC mudou muitíssimo nas últimas décadas. O Lula da classe operária mítica, a classe operária dos manuais de Ciência Política, foi, provavelmente, a última personagem do último episódio da fase mais importante da história da industrialização no Brasil, a fase do verdadeiro operário de carne e osso, do trabalhador do imaginário da revolução.

Não creio que a eleição do presidente Luiz Inácio possa ter como consequência uma retomada de investimentos na região, pois uma coisa nada tem a ver com a outra. Lula não fará o milagre de mover a roda da história para trás, para os tempos áureos do ABC industrial e operário. Mais peso simbólico teria se fizesse investimentos em Garanhuns, onde ele nasceu, já que esse foi um polo simbólico poderoso em sua campanha eleitoral. O ABC não foi personagem da campanha, como todos devem ter notado.

No entanto, se houver criatividade empresarial e política no ABC, como creio que possa haver, a região terá acessos privilegiados ao presidente da República para apresentar e viabilizar projetos de retomada do desenvolvimento industrial regional e, sobretudo, de criação de empregos modernos. Mas isso não dependerá de Lula; dependerá de nós mesmos. E, também, da composição de seu governo e dos ministros que forem designados para as áreas que correspondam a um projeto assim.

Eu sublinharia que, continuando a ser um morador de São Bernardo do Campo, Lula instaura o fato histórico de um raro presidente da República que não residirá numa capital, mas no subúrbio. Sua residência em São Bernardo será, portanto, uma extensão do Palácio da Alvorada e de certo modo passará a ter o *status* de residência presidencial. Se o ABC souber compreender e administrar esse fato, poderá colher preciosos dividendos da eleição do presidente Luiz Inácio.

Aliás, seria um belo ato diplomático e político, que abriria portas para o ABC no Palácio do Planalto, se desde já a região como um todo começasse a se preocupar com um fato bem distante das preocupações correntes. Dentro de quatro anos, o presidente Luiz Inácio herdará o chamado arquivo pessoal do presidente, constituído de todas as cartas que receber durante esse tempo e também de algumas das doações que lhe forem feitas. Desde o governo Sarney, por lei, a documentação da presidência é classificada em dois grupos: os documentos oficiais, que vão para o Arquivo Nacional, e os documentos pessoais, que o presidente deve levar consigo quando deixar o governo. Esses documentos têm um *status* ambíguo: são pessoais, mas de interesse público, e não podem ser destruídos. O próprio presidente que deixa o poder deve providenciar com seus recursos o lugar de guarda da documentação e

sua manutenção pelo resto da vida. Esse arquivo constitui o núcleo do memorial de cada presidente, à semelhança do que ocorre nos Estados Unidos e em outros países.

É possível que o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), do Rio de Janeiro, dirigido pela neta do presidente Getúlio Vargas, já esteja de olho no futuro arquivo do presidente Lula. O ABC, através da Câmara Regional ou de um consórcio das prefeituras, dos sindicatos e das escolas superiores e museus, tem a oportunidade de ouro de assumir, desde já, a tarefa suprapartidária de providenciar a construção, em São Bernardo, do que deverá ser o futuro memorial do presidente Luiz Inácio. Um lugar que se tornará um centro nacional de pesquisas e estudos sobre os quatro anos do PT na presidência da República. Não sendo feito aqui, terá de ser feito em outro lugar.

O emblemático sindicalismo da região e do país, de um operariado que ofereceu os ombros para a subida de Lula ao poder, tampouco será afetado. Poder é poder, classe operária é classe operária. É uma questão estrutural. Estarão, daqui em diante, em polos opostos do poder e da sociedade. Não foi a classe operária que chegou ao poder, mas um operário que dela se separou e que o que é próprio da história social fez trocar de lado. Por isso, aos que perguntam o que acontecerá com essas realidades agora invertidas e contrapostas, digo que no meu modo de ver não vai acontecer nada. Por que haveria de acontecer? O processo de desindustrialização regional não pode ser revertido, a menos que o próprio ABC tenha propostas consistentes de abertura de possibilidades de instalação de novos e modernos setores da economia. Seria ridículo esperar que o ABC se transformasse na Mombaça de Lula. O ABC terá de andar com as próprias pernas, ou não andar. Pensando mais especificamente no sindicalismo, creio que nem mesmo o governo do PT se proponha a revitalizar uma instituição do confronto de classes, quando sua anunciada política é a do pacto social. Lula não terá a menor condição de governar em nome da luta de classes.

No plano nacional, convém lembrar que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é hoje majoritariamente uma central sindical de funcionários públicos e é o braço sindical do PT. Mesmo que seus

dirigentes neguem, ficará imobilizada num inconformismo funcional e meramente demonstrativo. O PT no poder certamente não será o fortificante, o Biotônico Fontoura, do sindicalismo regional e nacional, pois teria de decidir entre ser governo e lutar contra o governo e sua política econômica, que não será muito diferente da atual.

O PT no poder corre o risco de repetir a complicada experiência do PT no Rio Grande do Sul, fraturado em facções que não se entendem entre si. As reações do MST à eleição de Lula são muito evidentes nesse sentido. O PT terá mais aliados no PSDB de Fernando Henrique do que em suas próprias facções extremistas. O PT cresceu nestes anos todos questionando a legitimidade de todos e de tudo. Foi apresentado ao país como o único partido da integridade, da decência e da competência, o que não é verdade em nenhuma realidade política e em relação a partido algum. Um partido político é sempre a vivência de um nó de contradições e só tem sentido como protagonista dos desencontros próprios dessas contradições. De certo modo, o PT foi oferecido ao país, especialmente por suas facções religiosas, como a negação da política, como se a política fosse sempre suja. Ouvi de uma jovem dirigente do MST, num debate na Universidade Estadual do Rio de Janeiro de que participei, que aquela organização política não pretendia apresentar candidatos “para esse parlamento burguês que está aí”. Isso é puro misticismo antipolítico, pura negação da política presumivelmente em nome da própria política.

Esse misticismo fundou-se na premissa falsa de que, mais do que um partido político, o PT é a corporação de um profeta libertador (quealaria em nome do povo), chamado a combater o rei opressor, isto é, o poder e o Estado. Ora, o PT, a partir do dia 1º de janeiro, será o poder (e o opressor) e Lula será a personificação do poder, ao mesmo tempo como chefe de Estado e chefe do governo. Isto é, será a negação do profeta. Resta saber se o endêmico profetismo brasileiro, que assume geralmente uma forma sebastianista, não lançará Lula no dilema de decidir entre o povo e o partido. A ruptura desse nó vai depender de muita lucidez política do próprio PT. É fora de dúvida, porém, que o PT pagará o alto preço do poder, como o PSDB pagou. Na política não há milagre.

Nas várias eleições de que participou, ficou claro que Lula é muito maior do que o Partido dos Trabalhadores. Agora mesmo, nessas eleições, teve quase metade dos votos dos eleitores inscritos. O PT, no entanto, teve apenas 3% dos votos na eleição de governadores. Na eleição para o Congresso Nacional, apesar de um positivo crescimento do PT, o que é bom, o partido não tem metade dos congressistas e está bem longe disso. O eleitorado revelou-se lulista, mas não petista. Se mudasse de partido, boa parte do eleitorado migraria com ele. Num certo sentido, Lula é parasitado pelo PT. Eu só não faria essa afirmação em termos absolutos porque ele tem sido um disciplinado militante partidário. Lula é a garantia do partido, e não o partido a garantia de Lula. A tentação de se tornar um líder populista certamente será grande; mas ele é sobretudo um produto da estrutura e do burocratismo sindical, e essa formação provavelmente o conterà.

Uma grande incógnita deste momento político é a de saber se, de fato, Lula, a personagem que o inexorável do processo eleitoral sequestrou da classe operária e transferiu para o poder e para as classes poderosas, é em si mesmo garantia de um pacto social que é apenas um suposto pacto político. Lula terá que desdizer o que disse durante anos aos trabalhadores e conciliar-se com o inimigo que, de certo modo, ele ajudou a inventar. Lula não personifica a luta de classes, mas a conciliação de classes.

O pacto social é sempre algo provisório e temporário. No caso brasileiro, como tem sido quase regra, ele dará certo nos primeiros meses de governo, talvez no primeiro ano. Ao fim do primeiro ano, quando o arsenal de diagnósticos *ad hoc* do PT e de Lula para as adversidades de sua assunção política se esgotar, a continuidade do pacto vai depender muito de novos fatores de concordância e concerto, e esses fatores já não poderão ser negativos, como agora, e sim positivos. Não tenho certeza de que ao fim de um ano de governo, e de trocas adversas de favores para assegurar a governabilidade, Lula e o PT estejam em condições de oferecer ao país um menu positivo de realizações possíveis que confirmem a legitimidade do pacto. Esse vai ser um ano de ajustamentos difíceis, de um PT cercado de sanguessugas e amigos que não são confiáveis. Mesmo nessa temporariedade, não obstante, o pacto poderá dar certo

justamente porque nossa democracia é incipiente e porque o povo está descolado dos partidos. Estes e os setores organizados das classes sociais e das frações de classe terão mais liberdade para negociar e fazer arranjos distantes das emoções da massa.

Aparentemente, a ideia de um pacto social personificado por Lula se estende ao âmbito das relações norte-sul, Lula concebido pelo ex-premiê italiano Massimo D'Alema como um providencial porta-voz da América Latina pobre junto aos países ricos. Isso não vem de agora. Desde o fim da Guerra Fria, os países do norte estão à procura de um interlocutor com esta parte do mundo, alguém que tenha o respeito dos outros países latino-americanos.

Fernando Henrique Cardoso tem desempenhado esse papel de interlocutor político do continente com naturalidade. Conseguiu, por exemplo, ser mediador de solicitações do governo cubano ao governo americano na administração Clinton, o que já é uma façanha. Além disso, sempre teve boa acolhida dos chefes de Estado e das lideranças políticas no continente e na Europa (e mesmo na África e na Ásia). Diplomatas de um país asiático já chegaram a mencionar sua esperança de vê-lo na função de secretário-geral das Nações Unidas, o que não é impossível. Ele é um respeitado membro do grupo da Terceira Via, grupo de líderes políticos de orientação social-democrata de que faz parte o próprio D'Alema. Mas esses líderes e governantes não têm nenhum interesse em fortalecer e viabilizar alguém que represente um severo questionamento do que são e querem, como é o caso de Lula. E convém não esquecer que, nas limitações ideológicas do PT, social-democracia é direita.

Lula certamente não conseguirá desempenhar o mesmo papel, porque o cenário internacional em que vai se mover será bem diferente. Não será surpresa se tomar posse no momento de início de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque, que terá graves consequências internacionais.

A convocatória de D'Alema decorre justamente, no meu modo de ver, de sua certeza de que Lula terá muito mais dificuldades do que Fernando Henrique no trato com os países europeus e com os Estados Unidos. Essa possível dificuldade será produto de todos os questiona-

mentos precipitados e unilaterais que o PT fez à globalização e ao capital internacional, em particular aos Estados Unidos. O grande inimigo do PT, aliás, é o maniqueísmo de inspiração religiosa que marca suas posições populares e que agora respingará em seu governo. Até o último dia do governo de Lula, pesará sobre ele a desconfiança gerada pelo neonacionalismo petista e por seus compromissos com a reintrodução do Estado nas funções econômicas de Estado-empresário. Diferentemente de Fernando Henrique, Lula terá que provar todos os dias que não é inimigo do capitalismo.

O fim do proletariado mítico (2009-2015)

O que está acontecendo nestes dias não tem dimensão partidária, a não ser por implicação. Desenrola-se no plano da indignação moral acumulada em anos de abusos contra o interesse público, desdém pelas carências populares, pouco caso pela inteligência da população em obter, processar e compreender a informação cada vez mais acessível a todos. No plano moral, os manifestantes antepuseram a nação aos partidos. O Brasil foi às ruas exigir do governo um projeto de nação, e não um projeto de classe social; políticas para todos, e não para facções.